Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela
Realizada no dia 28 de maio de 2019
Ata N.º 19

No dia vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e cinquenta e seis minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

PONTO DOIS – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2019.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. José Pedro Rosado Carvalho;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Carlos Alberto Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. António Joaquim Viegas.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;

- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tomás Anjos Barão.
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.
- **Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. José Pedro Rosado Carvalho** que se encontrava presente.
- **Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Joana Ribeiro Venâncio Pires** que não se encontrava presente por motivos de saúde.
- **Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa da CDU,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar pelo **Sr. António Joaquim Viegas**, secretário do executivo.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Luis Manuel Paciência Pato da CDU e José Pedro Rosado Carvalho da CDU, e Sr. Tomás Anjos Barão do BE** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então caros colegas, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos começar.

Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Munícipes, Srs. Jornalistas, caros técnicos da Câmara Municipal, caras e caros colegas da Assembleia Municipal, boa noite.

Vamos dar início à nossa reunião, como sabem trata-se de uma reunião extraordinária apenas com dois pontos na ordem de trabalhos não tem assim período antes da ordem do dia."

<u>Período da Ordem do Dia</u>

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Para apresentação da primeira proposta pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer usar da palavra para enquadrar o tema por favor."

PONTO UM – Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, cumprimentar V. Exa., os restantes Membros da Mesa assim como as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia e toda a Vereação e em especial a comunicação social e o público que nos acompanha.

Esta proposta acerca da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais retoma, de certa forma, o argumentário e a posição de uma outra de igual teor que já aqui havíamos debatido, e votado, na medida em que quando o fizemos nas sessões, nomeadamente de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, apenas nos pronunciámos sobre a rejeição destas competências que estão depois aqui discriminadas nos respetivos decreto-lei para o ano de dois mil e dezanove.

Aguardámos, com alguma expectativa, que viesse a fazer-se luz sobre a lei ou o fundo financeiro de descentralização, que já remetia para diplomas do Governo a afetação dos meios financeiros na sua versão final, e esta questão continua por clarificar, continua a ser omissa. Depois, também, na generalidade até da parte de enquadramento e preâmbulos dos respetivos decretos-lei continua a ser patente a ausência de fundamentação referente ao impacto das implicações de índole financeira atinentes às competências a transferir mas, também, no que diz respeito aos recursos humanos e organizacionais num conjunto de relevantes matérias de que foram exemplo recentemente as áreas da saúde e da educação, cujos mapas depois, por outra via tornados públicos, vieram a confirmar todos os receios que então havíamos manifestado. Não só porque se confirmou que as contas estão mal feitas, que em matéria de recursos humanos são manifestamente insuficientes, assim como as respetivas verbas a transferir, e no que diz respeito à avaliação do Estado quer do edificado quer dos bens patrimoniais a transferir para as autarquias há também uma deficiente avaliação e verbas insuficientes para se fazer face ao desempenho e à assunção destas novas competências.

Não iria, embora solicite que a proposta seja transcrita na íntegra, retomar o conjunto dos argumentos e da fundamentação então aduzida, recordo que as mesmas reservas continuam atuais, reservas manifestadas por Sua Excelência o Presidente da República, à medida que vão sendo conhecidos alguns detalhes adensam-se as preocupações e não iria repisar essa argumentação deixando para a discussão das Sras. e dos Srs. Membros da Assembleia.

Daí que, aquilo que a Câmara entendeu aprovar foi propor à Assembleia Municipal que delibere rejeitar, reafirmando a deliberação legalmente adotada em cinco de setembro de dois mil e dezoito, a assunção em dois mil e vinte das competências transferidas por via dos decretos-lei sectoriais acima referidos, são vários, e continuar a reclamar da Assembleia da República que delibere no processo de apreciação parlamentar, aliás requerido por vários partidos, e que haja, de facto, o início de um processo sério com uma discussão profunda sobre esta matéria que não deve ser dissociado da questão da criação das regiões administrativas, aliás mesmo hoje foi tornado público e recebemos na Câmara um convite, duma comissão que foi deliberada pelo Parlamento para preparar as questões da descentralização, sobre um debate sobre a questão da regionalização, sim ou não e como. Isto tem que andar em simultâneo e esta forma de vir a fazer sair decretos-lei avulsa, sem estas questões do financiamento e outras, volto a dizer, estarem perfeitamente clarificadas vai ser extremamente contraproducente e nocivo para quem quer, efetivamente, uma descentralização pensada com efeitos positivos no dia-a-dia dos portugueses e das nossas populações.

Também reclamamos a reposição das freguesias liquidadas contra a vontade das populações. É muito simples, bastava haver vontade política e todas aquelas freguesias em que houve, por unanimidade, oposição à sua fusão deviam, em nosso entender, imediatamente e é a coisa mais simples não precisa nenhuma lei nova, nenhum regime jurídico novo como acabou de ser recentemente publicitado mas aproveito para dizer às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia que, notícias fresquinhas das seis da tarde, a Associação Nacional de Municípios acabou de dar parecer negativo também à proposta do Governo para alteração do regime jurídico de criação das freguesias, até isto é uma coisa tão simples. Atenção, Sras. e Srs. Membros da Assembleia eu já tive oportunidade de ver a proposta do Governo e devo dizer-vos que no caso das nossas duas freguesias agregadas à força, elas cumprem, aquilo dá de longe aqueles critérios, a questão é para que é prolongar este martírio quando isto também não é muito diferente da lei da criação das freguesias que estava em vigor e oitenta e oito. Mais caixa de Multibanco, menos caixa de Multibanco, qualquer dia é preciso pagar fortunas para ter uma caixa de Multibanco, qualquer dia não já é hoje porque os municípios, as autarquias, é que estão a pagar e a criar as condições para ter caixas Multibanco e a pagá-las a peso das novas notas de euro. Também consideramos que todas estas matérias deviam ser objeto de

uma reflexão e ter aqui algumas medidas transversais, porque se quer fazer uma verdadeira reforma destas questões do regime das autarquias há que fazê-lo conjugadamente.

Esta questão da recuperação da capacidade financeira dos municípios parece que, ultimamente, alguns nós estamos um bocadinho esquecidos, andamos aqui tão entretidos com isto, mas é que, entretanto, os anos vão passando e há mais de doze anos que a Lei das Finanças Locais continua a ser incumprida todos os anos e eu gostava de recordar-vos este aspeto, por isso também é importante nesta deliberação fazer vincar que a reposição da capacidade financeira dos municípios é indispensável.

Aquilo que se propõe é que se reafirma a não aceitação da transferência de competências em dois mil e vinte, se em dois mil e vinte e um, e vem aí outra legislatura e esperemos que corrija muitos destes diplomas, o município, como todos os outros, tiver de exercer algumas destas competências por via dos decretos que estiverem na altura em vigor, teremos uma vantagem. A vantagem de ter aprendido com os erros dos outros, que eu volto a dizer estou ansioso por chegarmos ao final de dois mil e dezanove e ver o que é que os municípios que aceitaram conseguiram implementar, estamos todos ansiosos, já passaram seis meses, como é que as coisas estão a funcionar, teremos certamente a vantagem, também, com tempo de negociar melhor estas questões de natureza patrimonial, financeira e até de natureza organizacional que os municípios precisam, sobretudo aqueles que são da nossa escala e outros que precisam de tempo para adequar também algumas destas medidas aos seus territórios.

À guisa de primeira explanação deixaria estas considerações, passando palavra à Sra. Presidente para conduzir os trabalhos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre este tema?

Quem quer iniciar?

Tem a palavra o Partido Socialista Sr. Membro José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, muito boa noite para si para os caríssimos elementos da mesa da Assembleia, caros colegas da Assembleia Municipal, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sra. Vereadora, público em geral, comunicação social, uma boa noite, a todos.

Não consigo ver, tive alguma dificuldade em perceber o alcance desta proposta hoje e aqui. Se ela não tivesse ido à reunião de Câmara eu até pensaria que era, alguma coisa que teria vindo da noite eleitoral, mas como ela foi à reunião de Câmara eu não percebi claramente, e continuo sem perceber, o real alcance da proporção da proposta aqui apresentada.

Não terei muito mais, os Vereadores não trataram muito, ou não quiseram tratar muito o assunto, mas eu gostava de ler a minha intervenção desta vez, não vou ler a sua Sr. Presidente, vou ler a minha que aqui fiz na ata número catorze do dia vinte e quatro de Janeiro, dizia eu qualquer coisa como isto: *"Agora aquilo que a mim me preocupa é a atitude política, que até passou por uma pequena artimanha que foi dizer "…bem, nós não aceitamos em dois mil e dezanove, em dois mil e vinte logo vimos…" quando sabemos que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente de Câmara vão marcar, antes de junho, uma assembleia exatamente para decidir essas matérias, portanto, houve aqui uma artimanha conjuntural, diria, para que tudo isto pudesse ser feito de outra forma.*

Mas disse um bocadinho mais: *"Mas diria mais, diria que a descentralização, e eu sempre ouvi estas questões, muito até da Bancada da CDU, que a descentralização aumenta o escrutínio, melhora a decisão, melhora a participação, e consequentemente a democracia, que um euro no Estado são quatro euros nas Autarquias, sempre ouvimos muito isto, sete? Pronto, devem ser os últimos estudos. Seis? Depende de quem faz o estudo, sabe, e isso é como aqueles pacotes que saem nos jornais depende também de quem*

encomenda. Esta descentralização tem estas relevantes, diria eu, atribuições e se nós tivéssemos hoje aqui a discutir que não aceitamos algumas das matérias que são mais conflituais, mais complicadas, que exigem da parte do município um estar diferente, uma preparação que me parece que Palmela não tem, enquanto Setúbal e Sesimbra…" e não vou ler mais.

Isto foi dito em janeiro, eu percebo que tenho que marcar politicamente estas questões, mas eu dir-lhe-ia o seguinte, a declaração de voto dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, dizia: *"A descentralização é um processo estrutural para o desenvolvimento local que nos obriga a todos a não perder o caminho por dificilmente ou com enormes custos voltaremos a juntarmo-nos com os que já vão caminhando, que são cada vez mais…"*. Ou seja, que é que eu aqui revejo? Revejo que se quer dizer que claramente Palmela atrasa-se mais uma vez nestes aspetos, e quando o senhor diz, e não vale a pena depois virmos à descentralização de competências que neste momento já estão em muitos municípios e que já estavam antes com diferentes contratos, etc., etc., que já aqui trouxe e não trarei de novo, a posição de que quer negociar, quer ver o que é que vai acontecer a seguir para depois perceber onde é que houve os erros e as fragilidades do processo, mas não quer estar no processo, quer estar fora do processo e alega sempre que o Sr. Presidente da República tem dúvidas. Oh! Sr. Presidente de Câmara, mas o Sr. Presidente da República tem dúvidas mas promulgou os diplomas, é que se as dúvidas fossem exacerbadas, fossem elevadas, fossem escalpelizadíssimas, as dúvidas, eventualmente, levariam a que não houvesse promulgação dos diplomas e isso não aconteceu.

Por outro lado diz…,

Sr. Vereador muito obrigado, não, é que não consegui perceber, assim não lhe posso responder."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"O Sr. Vereador está a falar comigo."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Sim, sim, mas não tem que estar a falar com o Sr. Presidente é só por isso."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Não, está a falar para a Assembleia."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"O Regimento diz isso, não é Sr. Presidente de Câmara?

Diz a declaração de voto do Partido Socialista: "*O processo da Descentralização foi e continua a ser um processo negociado, cuidadosamente preparado e é um processo gradual…*" e mais uma vez Palmela não está neste processo, está retraído, não vou dizer que tem receio, que tem medo, que não tem as coisas preparadas, isto, aquilo e aqueloutro, vou dizer unicamente que está, e pego nas suas palavras de hoje que não as tinha ouvido ainda, está expectante, você está a ver o que é que vai acontecer. Para estar de fora, é como aquele miúdo que lança as bombas de mau cheiro dentro da casa e vem cá para fora, está expectante a ver o que é que acontece lá dentro, e quem é que sai, qual é o primeiro rato que sai e temos aqui alguma dificuldade em perceber este tipo de posicionamento.

Diz ainda a declaração de voto: *"Que a maioria PCP/Verdes se recusou a fazer alterações à sua proposta para que o Município aceitasse já para 2019 parte do Decreto Sectorial dos Bombeiros que diz respeito ao Município que são as EIP's e o sector da exploração das modalidades afins de Jogos de Fortuna e Azar que não traziam custos adicionais podendo ser uma fonte de receita."* É outra posição, já se fez noutros sítios também em municípios com muita similaridade com Palmela e nem todos aceitaram tudo, nem todos aceitaram algumas coisas que outros acabaram por aceitar, outros aceitaram aquilo que já faziam, muitos

deles aceitam aquilo que já estão a fazer e há aqui um processo que não nos levará muito longe a este nível, ou seja, temo que estejamos aqui, bom vou fazer futurologia outra vez, ali acertei, espero não acertar nesta, em novembro de dois mil e vinte a dizer assim, bem, agora temos que nos apressar porque…, e eu não gostava que Palmela ficasse para trás, sinceramente.

Dizem ainda na declaração de voto: *"Que a Descentralização: Aproxima as decisões das pessoas; Melhora o escrutínio dos eleitos pelos eleitores; Reforça a capacidade de decisão …"* , enfim, tudo o que eu já disse. Eu diria mesmo que a descentralização é uma tomada de posição cidadã e vocês dirão, a CDU diria isto, sei que o Domingos diria uma coisa destas com muita facilidade, depois o resto que está para trás não concorda, mas diria isto, como sempre disse e di-lo bem. Estas notas não podem depois ficar por aquilo que nós conversamos, têm que passar à ação, nós temos que agir sobre o território, se não agimos sobre o território o território vai-se quedando naquilo que, efetivamente, é e que diz a proposta a declaração de voto ainda que: *"Que com esta maioria, Palmela mais uma vez fica parada no tempo, e vão ser os munícipes a padecer a conservadorismo…" ,* bom, eu não entraria por aqui diria que a Associação Nacional Municípios que o senhor aqui também frisou e agora frisou que tinha dado um parecer desfavorável, mas da última vez, não é nesta ata é na ata seguinte o senhor disse: "*…deu um parecer favorável, mas a gente já sabe como é que é a Associação Nacional dos Municípios…*". Temos que nos entender em relação a isto, ou temos confiança, credibilidade, temos como diria o Jorge Jesus, estamos respaldados em alguma coisa muito capaz ou então temos alguma dificuldade depois em percecionar tipo de posição se toma a este nível, eu acho que os munícipes perdem com este tipo de propostas que vêm aqui.

Era só muito obrigado."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Outras intervenções?

Tem a palavra, o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora, nós não trazemos aqui a ata para ler porque ela está visível no site da Câmara e não vou aqui reproduzir a nossa posição que tomámos então e mantemos a abstenção pelas mesmas razões.

Em todo o caso continuamos a querer lutar por Palmela, mas não é só na questão da descentralização. É com o Pavilhão da Escola Secundária, com as outras promessas e cá continuaremos mas, efetivamente, não vamos aqui nem ler, nem reler, porque a nossa posição foi bem assumida e remetemos para a ata e o nosso voto será de abstenção pelas razões então invocadas. Porque na questão da regionalização já apontámos que não temos ainda uma opinião bem fundamentada. E por essas razões não votamos favoravelmente, se não votaríamos pelas razões todas que dissemos, financeiras, económicas e até considerámos de extrema incompetência a feitura destes decretos-lei e continuamos a reafirmar independentemente das votações ou das abstenções dos cidadãos, e é só."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Dou agora a palavra ao MIM, Sra. Membro da Assembleia Luisa Paulino."

A **Sra. Luisa Paulino do MIM:**

"Boa noite a todos, cumprimentar todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente e todos os restantes na sala, comunicação social, funcionários e os demais.

O MIM vai na sua senda que tem vindo a tomar posição sobre estas matérias, o voto é contra, pela fundamentação que, também, já foi dita e que só vou repetir em duas palavras. É pena a Câmara de Palmela não estar envolvida nisto antecipadamente, provavelmente estava também a tomar conhecimento e enriquecer-se para as novas competências que vêm aí e, se calhar, é um prejuízo não estar já lá, ainda com defeito, ainda manco, coxo, mas estavam dentro desta guerra, estar fora acho que não há vantagem, o Movimento entende que não há vantagem. Com certeza que tinham competência e tinham competência intelectual para dentro deste turbilhão, dentro destas negociações, conseguissem fazer muito melhor, provavelmente, quando o receberem, vão ter muito mais dificuldades.

Portanto, é esta a nossa posição."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora o Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite Sra. Presidente, permita-me na sua pessoa cumprimentar todos e todas as presentes.

Eu pedi a palavra, também, só para reafirmar aquilo que já temos dito e feito nas últimas sessões em que abordámos estas questões e, em coerência, vamos votar favoravelmente esta proposta porque rejeitamos também a transferência de competências tal como está a ser feito para os municípios e para as comunidades intermunicipais.

A mim causa-me estranheza que, por exemplo, a Câmara Municipal do Barreiro, o município do Barreiro, através do executivo da Câmara Municipal que é liderado pelo Partido Socialista, tenha tomado uma posição contrária aquela que o Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa está aqui a tomar, mas acho que há aqui, se calhar, diferentes opiniões dentro do Partido Socialista ao nível das autarquias. Deixo só este considerando no ar e mantendo a posição do Bloco de Esquerda nesta questão. que é a de votar a favor.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada.

Sr. Membro da Assembleia, tem agora a palavra a bancada da CDU, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo."

O **Sr. António Mestre da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, Membros desta Assembleia, jornalistas e técnicos municipais.

Só reafirmar a nossa posição de apoio a esta proposta como não podia deixar de ser e acrescentar aqui, não indo buscar as atas mas aquilo também que parece que passa pela ideia de todos mesmo aqueles que alguns deles que votam contra, que esta aceitação não é um exame virtual, ou seja, isto não é uma aceitação de um conjunto de pressupostos nos quais poderemos, ou não, reconhecer boa-fé. Isto é uma aceitação que implica trabalho com as pessoas, para as pessoas, e deixar de fazer coisas que estão previstas e comprometidas com as pessoas para a aceitar aquilo que o Poder Central decidiu despejar nas autarquias. E enquanto isto não for clarificado, quem sofrerá em última análise são as pessoas e serão defraudadas de duas maneiras. Em primeiro lugar porque o Poder Central não vai retomar aquilo que decidiu agora deitar para cima das autarquias e as autarquias vão ficar com o ónus de não cumprirem os seus programas de mandato e de não conseguirem cumprir melhor do que o Governo já provou que não conseguia cumprir.

Disse."

A **Sra. Presidente de Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então?

Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa depois da intervenção dos Srs. Membros da Assembleia?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Gostaria Sra. Presidente, gostaria, eu não tenho por hábito nem necessidade de recorrer às atas a não ser para repor, ou recordar, ou repor a verdade, quando alguém está a pôr em causa algum aspeto. O que significa que não preciso de retomar os mesmos argumentos, pelo contrário posso é acrescentar argumentos ainda mais exemplificativos e mais fortes para fundamentar a visão que considero que o município deve ter sobre estas matérias tendo a verdadeira intenção de compromisso para com as suas populações e não para compromisso com medidas que alguém, apressadamente, quer tomar para dizer que cumpriu durante a sua legislatura.

Quero voltar a recordar que isto também não é só uma questão de negociar, mais cinco, menos cinco, Srs. Membros da Assembleia não é de estar dentro nem de estar fora. E quanto a estar dentro gostaria que as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia soubessem que em todas estas matérias o município de Palmela está à frente. E está à frente, e não somos nós que o dizemos são outras entidades que amiúde nos convidam para seminários, para apresentações, para apresentação das nossas experiências da modernização administrativa, das nossas experiências na área da educação, nas nossas experiências nas parcerias no social, nas nossas experiências em vários domínios, e inclusivamente também em debates sobre esta matéria, e sabem qual é a nossa posição e é porque a nossa experiência, e a nossa visão, também ajudam à reflexão e a fazer um caminho construtivo.

A segunda questão, que é esta a questão de fundo, é que não podemos estar aqui embevecidos com a palavra descentralização quando esta forma perverte o seu objetivo. Descentralizar implica ter capacidade de dar-nos também a capacidade de decidir na forma de organização, na forma de gerir, e aquilo que está a ser passado para as autarquias na generalidade dos diplomas é de mera execução, é de fazer dos Srs. Presidentes de Câmara e dos Srs. Vereadores, encarregados de pessoal e encarregados de manutenção de instalações que são da Administração Central e isto é muito mau. Não se pode pensar que servir bem o cidadão é, tem aqui um computador como as aplicações informáticas ligadas a organismos da Administração Central, vocês estão muito perto, as pessoas vão é ao vosso gabinete escusam de ir ao gabinete da Administração Central ao lado, mas o pessoal é nosso, o pessoal é nosso e nós sabemos as dificuldades que temos hoje para manter os atendimentos abertos com prolongamentos de horários, para manter os atendimentos abertos a responder bem, porque ter atendimentos abertos sem ter lá pessoas é como o Governo faz nos Centros de Saúde, eles estão abertos, não estão é lá médicos, eles estão abertos agora vão fechar porque não vão ter auxiliares. Mesmo hoje eu que vim para aqui às seis e trinta e cinco da manhã, para obter um documento, para a porta da conservatória eu sei o que é que os funcionários da Administração Central dizem e o que é que os cidadãos dizem. Estive, inclusivamente, na fila com uma pessoa do ACES ARRABIDA que também está muito preocupada com isto, eles gostam muito da Câmara, eles querem é parcerias com a Câmara, claro. Ela recusa-se a andar no carro que eles têm aqui na unidade de saúde, eh pá, isto quando for com a Câmara é fixe, a Câmara arranja um carro e tal, isto não é nada, acham que isto é que é descentralização? Isto serve o quê? Desculpem lá, isto há desonestidade. Podia dar-vos aqui mais meia dúzia de exemplos mas, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, atenção que isto não é estar dentro, estar fora e ir aprendendo, a gente já sabe muita coisa destas coisas. Por sabermos já muito é que temos a visão da fraude que é aquilo que nos querem pôr nas mãos, porque alguns diplomas e os mapas são uma fraude, são uma mentira, e quem põe a bombinha de mau cheiro é o Governo, percebe Sr. Membro da Assembleia? Fecha-nos numa sala, espartilha-nos, a competência agora é vossa, vão lá chatear

a autarquia e a bombinha de mau cheiro está cá dentro. Percebe? Olhe! Fale com os professores, com os seus colegas, com quem gere os agrupamentos, etc., e veja o conjunto de apreensões que há sobre estas matérias. Nós queremos um processo perfeito, bem discutido, ele nunca é perfeito início podemos vir a burilá-lo, mas a forma como isto começou completamente errada.

Isto é apenas, executem lá, isto faz lembrar o Estado Novo, desculpe lá Sr. Membro da Assembleia, faz lembrar o Estado Novo, somos aqui comandados, o Governo decide as políticas e nós executamos. É isto que o senhor acha que é a autonomia e descentralização? Na maior parte dos assuntos é alijar responsabilidades, o para-choques fica ali nas câmaras, não interessa as condições que há para o fazer. E volto a dizer-lhe, eu não queria falar aqui de algumas autarquias, mas estive agora em várias da vossa área política que aceitaram algumas coisas mas, de facto, a gente chega lá aquilo é uma pasmaceira, vamos lá reunir, aquilo não tem ninguém nos serviços, não há movimento, olhe, aqui começa antes de abrir, é sempre a abrir, temos que dizer, olhe não há mais senhas, é diferente Sr. Membro da Assembleia.

Não há aqui contradição nenhuma acerca da questão que eu levanto sob a Associação Nacional de Municípios, mantenho aquilo que disse. A Associação Nacional de Municípios e a maioria que lá está no Conselho Geral, que é vossa maioria, apoiada por alguns membros do PSD, que, entretanto já deram, olhe o meu homónimo, agora já nem é autarca, não sei se foi eleito, mas é um grande amigo talvez por dar mais subsídios para a CAP e para o IFADP, eu recebi lá uns telefonemas em casa a confundirem-me com ele. Congresso extraordinário, pois bem é isto não foi feito e é isto que os municípios, inclusivamente muitos municípios da sua área, concordam que devia de ter sido feito um Congresso Extraordinário da Associação Nacional de Municípios. A Sra. Presidente é, por inerência, também Membro do Congresso da Associação Nacional de Municípios e estamos a chegar ao final, qualquer dia, já passaram dois anos de mandato o que é que a Associação Nacional de Municípios, fez? Tomou posse e recusa-se a fazer um Congresso Extraordinário sobre estas matérias. É muito mau, é muito mau, mas nós não saímos da Associação Nacional de Municípios, nós lutamos para que a Associação Nacional de Municípios defenda os interesses dos municípios.

Sr. Membro da Assembleia, mais honestidade na forma como temos conduzido este processo não pode haver, nós sabemos ler a correlação de forças, esta proposta que aqui está podia ter vindo em janeiro, escusávamos de estar cá hoje, nós sabíamos que ela passava aqui, mas aquilo que dissemos é verdade eu quero ver o Fundo de Financiamento da Descentralização. Já saiu? Não saiu, está na altura é até trinta de junho, temos de dizer assim não.

A coerência e estes princípios são razões de sobra para aguardarmos este assunto e garanto-lhe que quando for dado o tiro de partida mesmo aqueles que partem com muita velocidade, isto é uma maratona, não chegam ao fim em primeiro lugar e nós, certamente, vamos estar como sempre no pelotão da frente.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (catorze da CDU e dois do BE), três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP e onze votos contra (nove do PS e dois do MIM).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então para a segunda proposta pedia ao Sr. Presidente que enquadrasse, trata-se de atribuição de medalhas no âmbito do Regulamento Municipal de Condecorações."

PONTO DOIS – Atribuição da Medalha Municipal de Mérito 2019.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

A atribuição da Medalha Municipal de Mérito do Concelho de Palmela que constitui o reconhecimento público aos cidadãos, cidadãs e entidades que, pelo seu esforço e valor profissional, pela inovação e criatividade, e pelos resultados objetivos e consistente do seu trabalho contribuem decisivamente para o desenvolvimento e notoriedade do concelho. São pessoas e instituições, com características singulares, em que nos revemos e que são uma referência para a comunidade.

Em dois mil e dezanove, assinalam-se os trinta anos da realização, em Palmela, dos Encontros sobre Ordens Militares, que firmaram o reconhecimento do nosso concelho junto da comunidade académica nacional e internacional, como um centro de excelência no estudo e difusão da temática das Ordens Militares. Estes encontros, cuja oitava edição terá lugar entre doze e dezasseis de junho, motivaram também uma profusa produção bibliográfica que contribui para enriquecer a nossa historiografia e o conhecimento que temos sobre Ordens Militares e, em particular, sobre a Ordem de Santiago, cuja sede nacional esteve instalada no nosso concelho até à extinção das Ordens Militares no século XIX. Este é um dos grandes temas que justifica a atribuição de medalhas a um conjunto de académicos que citaremos aqui mais à frente.

Depois, o município formalizou recentemente a sua candidatura "Palmela é Musica" à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, uma das características sociais e culturais mais distintivas de Palmela é, sem dúvida, a sua apetência musical que remonta ao século XVI. As sociedades filarmónicas do nosso concelho, muitas das quais centenárias, e os seus músicos constituem um verdadeiro pilar do ensino e cultivo das artes musicais, através de gerações.

Assim, para além dos cidadãos e cidadãs que se destacaram em áreas específicas (Desporto, Associativismo, Cidadania) a presente proposta reúne um conjunto de académicos que contribuíram decisivamente para a realização e divulgação dos Encontros de Ordens Militares e personalidades que, através do seu trabalho diário, no ensino musical ou na criação artística, reafirmam a identidade cultural de Palmela.

A Comissão Municipal de Condecorações teve oportunidade de reunir a catorze e vinte de maio, pronunciou-se favoravelmente sobre a presente proposta, que foi depois submetida a deliberação de Câmara para que viesse ao órgão deliberativo por excelência, a Assembleia Municipal, para os devidos efeitos legais e regulamentares. Então, aquilo que se propõe é que, ao abrigo do regulamento de condecorações do município, a Assembleia delibera a atribuição da Medalha Municipal de Mérito às seguintes entidades e personalidades:

PATRIMÓNIO – 30 ANOS DO ENCONTRO DE ORDENS MILITARES

<u>Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro)</u>

- Carlos de Ayala Martinez
- Fernanda Olival
- Helen Nicholson
- José Mattoso
- Kristjan Toomaspoeg
- Luís Filipe Oliveira
- Luís Pequito Antunes
- Maria Cristina Pimenta
- Nikolas Jaspert

- Paula Maria de Carvalho Pinto Costa
- Philippe Josserand

CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro)

- Alice Mercedes Nunes Albuquerque Salvador
- Joaquim Manuel Martins Sousa (a titulo póstumo)
- Margarida Maria Antunes Cardoso Vieira
- Miguel Machado Simas

DESPORTO - CARREIRA

Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro)

- José Carlos da Silva Camolas (a título póstumo)
- Armando Costa e Silva

ASSOCIATIVISMO E CIDADANIA

Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro)

- Francisco Manuel Cardoso Fernandes Reisinho
- João Luís Camolas de Oliveira e Silva

CULTURA – PALMELA É MÚSICA

Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro)

- Carlos Luís Teixeira de Oliveira
- Carlos Manuel Marques Cardoso
- Isidoro Manuel Guetas de Matos
- Jacinto Coito Abrantes Montezo
- José Eduardo Encarnação Ferreira
- João Paulo Quítalo
- João Pedro Silva
- Maria Cândida Borges

PATRIMÓNIO – 30 ANOS DO ENCONTRO DE ORDENS MILITARES

Medalha Municipal de Mérito (Grau Prata)

- Elena Postiga Castellanos
- Isabel Morgado de Sousa e Silva

- Joel Silva Ferreira Mata
- José Ignacio Ruiz Rodriguez
- Maria Teresa Lopes Pereira
- Saúl António Gomes

DESPORTO

Medalha Municipal de Mérito (Grau Prata)

- Beatriz Alexandra Marçalo Bastos
- Beatriz Serafim Gameiro Sanheiro

CULTURA – PALMELA É MÚSICA

Medalha Municipal de Mérito (Grau Prata)

- Filipa Palhares
- Paulo Fernando Bernardino Oliveira Duarte
- Pedro Miguel Silva Fonseca Mateus Almeida
- Pedro Manuel Rodrigues de Almeida
- Pedro Ricardo Henriques Ferreira

ECONOMIA E COMÉRCIO LOCAL

Medalha Municipal de Mérito (Grau Prata)

- Duarte Nuno Fortuna

DESPORTO

Medalha Municipal de Mérito (Grau Cobre)

- Clube Desportivo Pinhalnovense (Equipa de Futebol Sub17)
- Davide José Costa Pereira Inácio
- Iris Cristina Mirante Chagas
- João Miguel Taniça da Cruz
- José Manuel Correia Caramelo
- Malvina Maria Oliveira Gomes
- Marco António dos Santos Pereira Miguel

Temos umas dezenas de páginas, que não foi fácil reunir todas as fundamentações e biografias a tempo e horas e que esperemos conseguir resumir no dia da cerimónia de atribuição.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, felizmente, em Palmela desde que este Regulamento existe e que atribuímos condecorações, ao contrário de outras instâncias, nunca tivemos motivos para nos arrepender

das distinções que temos feito aos nossos concidadãos sejam eles de Palmela ou de outros locais, aqueles que têm, de facto, prestado e emprestado prestígio ao município.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre a proposta?

Tem a palavra a Bancada do Partido Socialista, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Dizer que reunimos, efetivamente, no dia catorze e no dia vinte de maio o que consubstancia um período curto para a decisão. Ou seja, já no ano anterior tínhamos, de alguma forma, tentado por um lado reformular o regulamento, ficou essa promessa mantida ou vertida em algo que depois acabou por não acontecer, e este ano reunimos bastante tarde em relação àquilo até que é habitual e acabam por acontecer sempre algumas circunstâncias que o tempo não ajuda.

A nossa ideia, enquanto Partido Socialista, tem sido sempre que o número de medalhas a atribuir, independentemente do mérito que cada um tem para as receber, deverá de estar consagrado naquilo que diz o artigo nono "*A Medalha Municipal de Mérito destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Palmela, melhoria nas condições de vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou de notável importância que justifiquem este reconhecimento.*" e digamos que, no nosso entender, a malha deveria de ser um pouco mais exigente sendo que não temos, reitero, nada a apontar aos nomes que foram propostos.

Todavia parece-me que temos que rever alguma maneira, tudo isto, e dizer-vos que se em dois mil e treze atribuímos cinco medalhas, se em dois mil e catorze, catorze, se em dois mil e quinze, dez, se em dois mil e dezasseis atribuímos nove, se em dois mil e dezassete atribuímos quarenta e seis, se em dois mil e dezoito atribuímos trinta, vamos atribuir cinquenta em dois mil e dezanove. Eu não sei se são muitas, mas são cinquenta. Percebi, até porque o Vereador Adilo que esteve sempre nas reuniões o disse, que havia aqui uma clara perspetiva das questões ligadas à formalização da candidatura Palmela é Música e a rede de cidades criativas da UNESCO estar aqui vincado, todavia, e hoje lembraram-se de mais gente, eu reiterei a necessidade de, nomeadamente, em termos dos maestros termos mais antigos que trabalhavam graciosamente nas diferentes filarmónicas do concelho e que nunca tiveram, penso eu, de acordo com as listagens a respetiva medalha.

Dizer-vos só que da nossa lista, não sei se vocês detetaram, mas há um nome que nós nunca falámos dele. É o terceiro nome da proposta a contar do fim. Não é por isso que nós votaremos de outra forma, votaremos favoravelmente, mas esse nome nunca foi apontado, eu não tenho em nenhuma das minhas listas e tenho duas. Com certeza que foi lá colocado, com certeza que foi depois da nossa reunião que apareceu, aconteceu alguma coisa, eram quarenta e nove nomes e estão cinquenta."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas de que conjunto, já agora, só para eu tentar perceber o que é que se passou?"

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"A Sra. Presidente sabe o que é que eu estou a falar, porque eu já transmiti isto à Sra. Presidente.

Não é isso que impede que votemos, a pessoa e pelo currículo, que foi uma coisa que falhou nas nossas reuniões, faltaram-nos os currículos também para nós podermos fazer uma análise mais capaz de tudo isto, e às vezes as dúvidas que eu levanto, não são dúvidas de retórica nem são dúvidas contra ninguém, é porque eu não conheço as cinquentas pessoas, claramente ou percebo de onde é que vêm, o que é que fizeram, qual foi o contributo para o concelho ou teremos aqui alguma dificuldade em depois alicerçar uma discussão.

Esta questão das biografias que estão hoje aqui muito bem, previstas e plasmadas, terão de estar a horas e deixo-vos esta reflexão cinquenta medalhas, independentemente de termos esta perspetiva clara de "Palmela é Música", não sei e esse tem sido sempre o nosso, e o meu, nestes últimos anos que estou na nesta Comissão, de não, não gosto da palavra mas não tenho aqui outra, banalizar a atribuição das medalhas. A medalha tem que ser uma coisa justa, consagrativa de algo que, efetivamente, o munícipe, reitero o munícipe fez pelo concelho.

Era só, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Vou dar a palavra à Bancada do PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Olhe, eu agradeço desde já ao José Carlos Sousa de ter reproduzido, não a dele, mas a minha intervenção na primeira reunião das Condecorações porque, efetivamente, quem falou de que a reunião estava prometida em janeiro pelo Sr. Presidente, o ano passado, e que ia fazer um esforço para que a reunião fosse logo no princípio do ano entre janeiro e fevereiro, eu tenho boa memória, não sei se consta da ata, mas que foi dito, foi dito! E que iríamos tentar fazer uma revisão do regulamento e tal não foi feito. E isso foi dito na minha intervenção logo na primeira reunião. Depois o José Carlos também concordou porque também se recordou, e é isso que eu quero aqui assinalar.

Para além disso eu não estive presente na segunda reunião, por motivos profissionais, tive de me ausentar do continente. Foi o Colin Marques. Não temos obstaculização dos nomes das pessoas. É assim, isto das medalhas e das condecorações é como a nível nacional mas, efetivamente, aqui por mais mérito ou demérito que consideremos de uns mais que outros. Não é demérito, e talvez mais mérito de alguns face a outros, na nossa opinião. Este ano dos nomes que propusemos alguns não foram aceites, mas temos a promessa do Sr. Presidente de no próximo ano, noutro contexto, virem a ser inseridos. Depois, concordámos com outros nomes, até com alguns Presidentes de Junta falamos pós reunião e sugerimos alguns nomes, e, também, referimos na reunião, pelo menos na primeira, na questão dos maestros serem, também, condecorados maestros de todas as freguesias, porque a proposta inicial não tinha todos os maestros de todas as freguesias. Consideramos que a correção foi feita, o Colin na segunda reunião disse-me que estava tudo de acordo e, portanto, não iremos obstaculizar, embora consideremos que são cinquenta como poderiam ser quarenta, mas a nível nacional também muitas vezes condecoram pessoas que, também, no meu entendimento não teriam levado as condecorações se fôssemos nós a escolher. Mas aqui na proposta apresentada, não temos nada pessoal contra ninguém, esta é a verdade."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem agora a palavra a Bancada do MIM."

A **Sra. Luisa Paulino do MIM:**

"O MIM vai votar a favor, não tem nada contra tudo aquilo que foi aqui dito, portanto, aprova esta proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa ou esclarecer alguma coisa do que foi dito?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, eu creio que, de uma maneira geral, estão compreendidas as razões de cada uma das Bancadas. O que eu queria aqui sublinhar, são dois aspetos para que a discussão não passe por cima deles como se isto não tivesse sido devidamente refletido e ponderado por todos, julgo eu.

Estamos hoje com cinquenta medalhas como também espero no ano em que tenhamos só cinco que depois, também, não haja críticas por serem tão poucas, eu não sou adepto de qualquer teto. Há dois temas este ano que são temas que, de facto, implicam muita movimentação, ainda bem, é sinal que somos ricos nesta temática e procurou-se dar o valor a quem o tem e a quem, efetivamente, promoveu o concelho de Palmela pela sua ação.

Quanto aos critérios, eu já ouvi aqui algumas contradições. Se o critério é o mérito, não é o critério territorial, não é de freguesia, ou há, ou não há, a gente não tem que inventar um maestro na Marateca, ou inventar um maestro só porque damos numa freguesia não damos noutra, isso não é critério, mas cada um tem a sua opinião. Eu creio que com o regulamento que temos, com a fundamentação que foi apresentada, este ano temos este número por causa desta questão redonda dos trinta anos das Ordens Militares e para quem ainda duvida deste trabalho que é um trabalho, se calhar, que, infelizmente, pouca gente lhe dá o devido valor e o reconhecimento porque, se calhar, não é ali uma obra na rua que queremos ver melhorada etc.,etc., isto é um trabalho sobre a nossa história e o nosso passado que é um legado de um valor inestimável para o futuro. O maior centro de reflexão académica e de produção de conhecimento científico sobre esta matéria ocorre, de facto, em Palmela. Não é por acaso de sua Excelência o Presidente da República, dá o seu alto patrocínio a este Encontro das Ordens Militares. Aconteceu este ano, antes que algumas destas figuras morram porque temos aqui pessoas como o Professor Jaime Matoso, e outros, que qualquer dia também, enfim, já só a título póstumo e a propósito destes trinta, temos aqui um pacote significativo.

Da música, também lhe digo, e admito, que há, de facto, ainda mais pesquisa a fazer mas a questão é a fundamentação porque eu, como o Sr. José Carlos, cada um pelo conhecimento que tem da vivência das comunidades onde reside, conheço outros maestros mas, de facto, também não são todos iguais, tem que ver com o número de ano,s com a marca que deixaram do seu trabalho, com as gerações que formaram, isso está no currículo e na biografia de cada um. E todos os anos gostaríamos até de ir mais longe, se continuássemos até aqui a ter mais tempo para refletir e a fechar este assunto daqui a seis meses ainda arranjávamos não cinquenta, mas, se calhar, sessenta ou setenta, mas cá estaremos para o ano. Também já houve anos, e aqui este ano também é sintomático agora não consigo dizer-vos quais, mas estão aqui pessoas a ser homenageadas este ano por resultados desportivos do ano passado. Mas porquê? Porque esses resultados já ocorreram depois de um de junho e são homenageados este ano. Eu não me importo, oxalá o concelho de Palmela continue a dar cartas em vários domínios que nós tenhamos que distinguir estes nossos cidadãos e outros, é bom sinal.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, com todas as virtudes e todos os defeitos, eu diria, ou insuficiências, que o regulamento e a discussão possa ter tido eu creio que precisamos sempre de mais tempo, eu próprio também gostaria de mais tempo, mas creio que a proposta que aqui trazemos, para além de ser consensual,

acho que nos deve, também, honrar a todos, de honrarmos estas figuras por aquilo que elas tem feito, por Palmela.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"O Sr. Vereador Adilo está só aqui a tirar uma dúvida de organização, não teve oportunidade.

Não, está perfeitamente dentro dos critérios, não há nenhuma dúvida, é apenas uma questão de organização, pronto, ok, é isso, ou não estava nos papéis do Sr. Vereado. Sim, mas registámos, Sr. Vereador, não é problema, está resolvido.

Bem, então Sras. e Srs. Membros da Assembleia esclarecida que está aqui uma questão, estamos em condições de votar a proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de maio de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete